

# **Companhia Energética Candeias**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2017 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia Energética Candeias

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Candeias ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Candeias em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### *Reconhecimento de receita*

Conforme descrito na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras, a receita líquida da Companhia consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita fixa e da receita variável sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como o principal assunto de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências satisfatórias de auditoria obtidas, consideramos que os processos e julgamentos efetuados pela Administração da Companhia para suportar o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Ênfase**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve a incorporação da controlada Candeias Energia S.A. ocorrida em 6 de junho de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 13 de abril de 2018

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

  
Antonio Marcos Lima Dutra  
Contador  
CRC nº 1 BA 021440/O-8

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2017	2016	2016			2017	2016	2016
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	4	498	2	10.444	Fornecedores	15	37.345	4	7.580
Aplicações financeiras vinculadas	6	14.678	-	1.897	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	93.678	22.594	118.675
Contas a receber	5	54.132	-	55.203	Obrigações tributárias	17	4.607	-	3.595
Dividendos a receber		-	5.646	-	Obrigações sociais e trabalhistas		1.430	-	1.198
Adiantamentos a fornecedores		15.459	-	3.878	Dividendos a distribuir	20	5.506	-	-
Tributos a recuperar	7	186	541	1.201	Partes relacionadas	10	-	1.239	4.992
Estoques	9	36.537	-	40.108	Outras contas a pagar		8.254	-	16.675
Despesas antecipadas		405	-	196	Total dos passivos circulantes		<u>150.820</u>	<u>23.837</u>	<u>152.715</u>
Partes relacionadas	10	215	-	199	NÃO CIRCULANTES				
Outras contas a receber		<u>4.581</u>	-	<u>5.494</u>	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	277.962	63.809	380.061
Total dos ativos circulantes		<u>126.691</u>	<u>6.189</u>	<u>118.620</u>	Tributos diferidos	8	-	-	1.591
NÃO CIRCULANTES					Outras contas a pagar		<u>11.063</u>	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	6	27.847	-	35.470	Total dos passivos não circulantes		<u>289.025</u>	<u>63.809</u>	<u>381.652</u>
Contas a receber	5	14.641	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Tributos a recuperar	7	5	-	283	Capital social	20	179.383	140.000	140.000
Tributos diferidos	8	43.190	-	-	Reservas de lucros		<u>152.086</u>	<u>68.242</u>	<u>67.028</u>
Depósitos judiciais		34	-	280	Total do patrimônio líquido		<u>331.469</u>	<u>208.242</u>	<u>207.028</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	-	36.369	-					
Investimentos	11	-	253.330	-					
Imobilizado	12	555.762	-	585.495					
Diferido	13	1.610	-	-					
Intangível	14	<u>1.534</u>	-	<u>1.247</u>					
Total dos ativos não circulantes		<u>644.623</u>	<u>289.699</u>	<u>622.775</u>					
TOTAL DOS ATIVOS		<u>771.314</u>	<u>295.888</u>	<u>741.395</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>771.314</u>	<u>295.888</u>	<u>741.395</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	400.317	-	172.512	385.831
CUSTO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO	22	(302.900)	-	(128.270)	(278.769)
LUCRO BRUTO		<u>97.417</u>	<u>-</u>	<u>44.242</u>	<u>107.062</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	22	(11.067)	(123)	(10.575)	(15.843)
Honorários dos administradores	22	(1.393)	-	(695)	(1.375)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	<u>45</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>723</u>
Total		<u>85.002</u>	<u>(123)</u>	<u>33.044</u>	<u>90.567</u>
Resultado de equivalência patrimonial	11	13.749	52.525	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>98.751</u>	<u>52.402</u>	<u>33.044</u>	<u>90.567</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	2.615	4	2.041	5.158
Despesas financeiras	23	(27.872)	(15.031)	(21.892)	(57.549)
Variações cambiais, líquidas	23	<u>(65)</u>	<u>-</u>	<u>(114)</u>	<u>10.325</u>
Total		<u>(25.322)</u>	<u>(15.027)</u>	<u>(19.965)</u>	<u>(42.066)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>73.429</u>	<u>37.375</u>	<u>13.079</u>	<u>48.501</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	24	(14.984)	-	(6.185)	(15.239)
Incentivos fiscais	24	10.426	-	3.440	10.515
Diferidos	24	<u>45.407</u>	<u>-</u>	<u>102</u>	<u>(6.250)</u>
Total		<u>40.849</u>	<u>-</u>	<u>(2.643)</u>	<u>(10.974)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>114.278</u>	<u>37.375</u>	<u>10.436</u>	<u>37.527</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	114.278	37.375	10.436	37.527
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>114.278</u>	<u>37.375</u>	<u>10.436</u>	<u>37.527</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor dos dividendos)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendo obrigatório não distribuído	Lucros retidos	Incentivo fiscal		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		140.000	3.161	15.015	12.691	-	-	170.867
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	37.375	37.375
Destinação do lucro:								
Constituição de reservas	20	-	1.869	-	35.506	-	(37.375)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		140.000	5.030	15.015	48.197	-	-	208.242
Aumento de capital social	20	39.383	-	-	-	-	-	39.383
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	114.278	114.278
Destinação do lucro:								
Recomposição de reserva de incentivo fiscal	20	-	-	(13.299)	(48.197)	61.496	-	-
Constituição de reservas	20	-	5.714	-	98.138	10.426	(114.278)	-
Dividendos (R\$0,42 por lote de mil ações)	20	-	-	(1.716)	(28.718)	-	-	(30.434)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>179.383</u>	<u>10.744</u>	<u>-</u>	<u>69.420</u>	<u>71.922</u>	<u>-</u>	<u>331.469</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2017	2016	2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro líquido do exercício		114.278	37.375	37.375
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	22	16.585	-	28.093
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	12	1.813	-	2.523
Juros provisionados de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	25.063	15.003	52.723
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	826	-	1.677
Resultado de equivalência patrimonial	11	(13.749)	(52.525)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	(45.407)	-	6.172
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber		(38.592)	-	28.812
Adiantamentos a fornecedores		(13.340)	-	3.379
Tributos a recuperar		693	(6)	(25.052)
Estoques		(5.184)	-	(4.642)
Depósitos judiciais		(3)	-	(11)
Outras contas a receber		9.505	-	(356)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		22.226	4	(135.490)
Obrigações tributárias		1.234	-	34.053
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.870)
Obrigações sociais e trabalhistas		(229)	-	(112)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(20.363)	-	(32.440)
Outras contas a pagar		802	-	733
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>56.158</u>	<u>(149)</u>	<u>(5.433)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Dividendos recebidos		22.584	-	-
Aplicações financeiras		3.355	-	(50)
Aquisição de imobilizado	12	(2.310)	-	(7.078)
Aquisição de intangível	14	(455)	-	(17)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>23.174</u>	<u>-</u>	<u>(7.145)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Dividendos pagos	20	(24.928)	-	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	36.056	-	72.923
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(368)	-	(778)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(166.347)	-	(54.068)
Recebimento (pagamento) de empréstimos de partes relacionadas		9.617	149	(14.592)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(78.911)</u>	<u>149</u>	<u>3.485</u>
Efeito de incorporação de caixa		75	-	-
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>496</u>	<u>-</u>	<u>(9.093)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	2	2	19.537
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	498	2	10.444
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>496</u>	<u>-</u>	<u>(9.093)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COMPANHIA ENERGÉTICA CANDEIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Candeias ("Companhia" ou "CEC") é uma sociedade anônima de capital fechado, CNPJ 10.508.162/0001-99, controlada pela Global Participações em Energia S.A. ("GPE"), constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização do Ministério das Minas e Energia, mediante as Portarias nº 353, de 20 de dezembro de 2007, e nº 342, de 6 de dezembro de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Unidades Termoelétricas - UTEs denominadas Global I (148 MW) e Global II (148 MW), respectivamente, em Candeias, Bahia, decorrente do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 2007 até o ano de 2025.

As UTEs Global I e Global II entraram em operação comercial em maio de 2010.

Em virtude dos compromissos de curto prazo assumidos para a construção, manutenção e operação das termoelétricas, a Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2017, capital circulante líquido negativo em R\$24.129 (R\$17.648 em 31 de dezembro de 2016). No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere às obrigações contraídas com instituições financeiras, decorrentes de empréstimos e financiamentos, estando essas obrigações atualizadas, e reflete as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Tendo em vista que até o momento o Ministério das Minas e Energia não revisou a regulamentação relativa à penalidade por falta de combustível na geração de energia elétrica das usinas que operam em caráter de disponibilidade, imposta às distribuidoras de combustível por problemas de fornecimento, a Companhia, assim como as demais usinas de geração flexível, tem sido obrigada a renovar periodicamente a sua Licença de Operação com a ANEEL, em virtude dos sucessivos aditamentos ao contrato de fornecimento de óleo combustível com a Petrobras Distribuidora S.A. Em 31 de janeiro de 2018, a Licença de Operação Comercial das UTEs Global I e Global II foi prorrogada até o dia 31 de janeiro de 2019, por meio do Despacho nº 271/2018 da ANEEL.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas com grande regularidade ao longo dos anos 2017 e 2016. Com isso, a Companhia obteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, receita bruta de geração variável de R\$315.298 e R\$99.684 controladora e consolidado, respectivamente (2016, R\$221.380, consolidado), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$130.239 e R\$92.315 controladora e consolidado, respectivamente (2016, R\$208.080, consolidado).

Incorporação da Candeias Energia S.A.

Em 6 de junho de 2017, foi aprovada a incorporação da Candeias Energia S.A. ("CESA") pela Companhia Energética Candeias, na data base de 31 de maio de 2017. Considerando que a Companhia detinha a totalidade do capital social da Candeias Energia S.A., a incorporação foi realizada sem aumento do capital social da Companhia. Desde sua criação, já havia a intenção de unificação das duas empresas no futuro, já que a criação da CEC se deu apenas para viabilizar a captação de recursos.

A reorganização societária do empreendimento, com a incorporação da CESA pela CEC, só tornou-se viável a partir da formalização da anuência de seus agentes financeiros, BNB e SUDENE, condição contratual do financiamento dos empreendimentos, que consideraram assegurado "equity" originalmente requerido, dentre outras condicionantes.

A incorporação da CESA pela CEC tem por objetivo a simplificação da estrutura societária da qual ambas as sociedades fazem parte, a racionalização da gestão administrativa e operacional do negócio e a economia de custos operacionais, sendo de todo benéfica aos interesses sociais.

O acervo líquido incorporado está apresentado abaixo:

ATIVOS

CIRCULANTES

Caixa e equivalentes	75
Aplicação financeira	18.235
Contas a receber	30.181
Estoque	31.353
Outros ativos	19.078
Total dos ativos circulantes	<u>98.922</u>

NÃO CIRCULANTES

Depósito bancário vinculado	27.645
Imobilizado	571.614
Investimento	(258.834)
Outros ativos	33.172
Total dos ativos não circulantes	<u>373.597</u>

Total dos ativos

472.519

PASSIVOS

PASSIVOS CIRCULANTES

Fornecedores	15.115
Empréstimos	81.853
Outros passivos	12.266
Total dos passivos circulantes	<u>109.234</u>

PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

Empréstimos	328.517
Tributos diferidos	2.115
Outros passivos	9.406
Total dos passivos não circulantes	<u>340.038</u>

Acervo líquido incorporado

(23.248)

A GPE era detentora de 88,334% do capital social da CEC e 11,666% do capital social pertencem aos acionistas pessoas físicas.

A incorporação não implicou em alteração de controle indireto e nem mesmo ingresso de novos acionistas. A CEC obteve todas as autorizações e anuências necessárias para a incorporação pretendida.

Na data base de 31 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Candeias Participações S.A. e Candeias Energia S.A., cuja participação percentual na data do balanço era de 100%.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Devido a incorporação da controlada anteriormente mencionada, em 31 de dezembro de 2017 não está sendo apresentado o balanço patrimonial consolidado. As demonstrações do resultado e do resultado abrangente consolidadas apresentadas em 2017, compreendem as informações consolidadas da Companhia e controlada até a data da incorporação, 31 de maio de 2017.

Tendo em vista a incorporação da CESA em 6 de junho de 2017 com data-base de 31 de maio de 2017, a Companhia está apresentado o consolidado para os primeiros cinco meses do ano.

### Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 13 de abril de 2018, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

### Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

### Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se de outra forma mencionado.

### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões

com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido, intangível e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

#### Conversão de saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a respectiva moeda funcional, o real (R\$), usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### Instrumentos financeiros

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (d) empréstimos e recebíveis.

Os instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. No caso da Companhia, referem-se às aplicações financeiras.

Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis correspondem a ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia, refere-se substancialmente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### *Deterioração de ativos financeiros*

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem

evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados como outros passivos financeiros e são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

#### *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### Aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia são classificadas no ativo circulante e não circulante e mantidas até o vencimento e mensuradas ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. As demais são avaliadas pelo custo acrescido dos juros e da correção monetária, ajustados pela provisão para perda na realização, quando aplicável.

#### Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo de manutenção e operação por ocasião do consumo ou da obsolescência. A provisão para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos é constituída quando considerada necessária pela Administração.

### Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil-econômica dos ativos e/ou dos métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 13.

### Intangível

Formado por gastos com direito de uso de software e direito de passagem. O direito de passagem é formado pelo custo de constituição de faixas de servidão para as linhas de transmissão em áreas urbanas e/ou rurais particulares, que são constituídas por indenização em favor do proprietário do imóvel. Esses gastos são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 14.

### Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

#### Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme a legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar, e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realiza, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180/07, artigo 1º), destinando, também, até 1% do imposto devido para esse fim.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu recolhimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

### Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, seja provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e a época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas anualmente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

### Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando ela puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia celebrado com as distribuidoras no ambiente regulado por ocasião do quarto leilão de energia nova realizado em 2007. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

### Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos, financiamentos e debêntures, aplicações financeiras, clientes e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

### Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

*Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017*

No exercício corrente a Empresa aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados 01 de janeiro de 2017, conforme descrito a seguir:

Norma	IAS 7 – Fluxos de Caixa
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	A Companhia aplicou essas alterações pela primeira vez no exercício corrente. As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que a Companhia possui como passivos resultantes de atividades de financiamentos, apenas as contas de empréstimos e financiamentos, e que não possuem outras transações sem efeito caixa, além das que já estão divulgadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Norma	IAS 12 – Impostos sobre a renda
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se haverá lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia já avaliou a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2018.

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Vigência	1º de janeiro de 2018
Impactos da adoção	<p>A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Empresa, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.</p> <p>Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).</p> <p>Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.</p>

Norma	CPC 47 - Receita de contratos com clientes
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo CPC.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Empresa em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Norma	IFRS 16 – Arrendamento mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	7	2	8
Aplicações financeiras	<u>491</u>	<u>-</u>	<u>10.436</u>
Total	<u>498</u>	<u>2</u>	<u>10.444</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 20% a 62% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. CONTAS A RECEBER

	<u>Controladora</u> 2017	<u>Consolidado</u> 2016
Duplicatas a receber	16.892	6.953
Serviços medidos a faturar	<u>51.881</u>	<u>48.250</u>
Total	<u>68.773</u>	<u>55.203</u>
Circulante	54.132	55.203
Não circulante	<u>14.641</u>	<u>-</u>
Total	<u>68.773</u>	<u>55.203</u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no mercado de curto prazo, na modalidade "spot".

A Companhia, consubstanciada na análise do contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização deste, e não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2017.

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>Controladora</u> 2017	<u>Consolidado</u> 2016
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	37.159	36.708
Banco Itaú	2.782	-
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.597	659
XP Investimentos	<u>987</u>	<u>-</u>
Total	<u>42.525</u>	<u>37.367</u>
Circulante	14.678	1.897
Não circulante	<u>27.847</u>	<u>35.470</u>
Total	<u>42.525</u>	<u>37.367</u>

Aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituição financeira credora, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), as quais deverão ser mantidas até o seu vencimento, com remuneração equivalente a 98% do CDI. As aplicações financeiras que não são vinculadas aos contratos de financiamento seguem as características de baixo risco, alta liquidez e remunerações que chegam até 105% do CDI.

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2016</u>
IRPJ	2	539	541
CSLL	22	-	22
IRRF sobre faturamento	13	-	116
IRRF sobre aplicações financeiras	103	2	102
PIS sobre ativo imobilizado	1	-	51
COFINS sobre ativo imobilizado	4	-	232
PIS a recuperar	-	-	59
COFINS a recuperar	-	-	274
Outros	46	-	87
Total	<u>191</u>	<u>541</u>	<u>1.484</u>
Circulante	186	541	1.201
Não circulante	5	-	283
Total	<u>191</u>	<u>541</u>	<u>1.484</u>

## 8. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Alíquota</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízos fiscais acumulados		132.770	-
Bases negativas acumuladas		132.957	-
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e debentures		(10.008)	(11.340)
Diferido - despesas pré-operacionais		4.217	6.660
Base para imposto de renda		126.979	(4.680)
Base para contribuição social		127.166	(4.680)
Imposto de renda	25%	31.745	(1.170)
Contribuição social	9%	11.445	(421)
Total de IRPJ e CSLL diferidos		<u>43.190</u>	<u>(1.591)</u>
IRPJ e CSLL diferidos ativos		46.592	1.639
IRPJ e CSLL diferidos passivos		<u>(3.403)</u>	<u>(3.230)</u>
Total de IRPJ e CSLL diferidos		<u>43.190</u>	<u>(1.591)</u>
Efeito no resultado do exercício		<u>45.407</u>	<u>(6.250)</u>

A expectativa da realização das diferenças temporárias, conforme o plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia, está apresentada a seguir:

	Controladora					Consolidado
	2017					2016
	Prejuízo fiscal	Base negativa	Diferido	Custo de captação	Total	Total
2017	-	-	-	-	-	(247)
2018	4.188	1.508	205	(453)	5.448	(247)
2019	7.748	2.789	205	(453)	10.289	(247)
2020	8.697	3.131	205	(453)	11.580	(247)
2021	9.351	3.366	205	(453)	12.469	(247)
2022 em diante	3.209	1.172	614	(1.591)	3.404	(356)
Total	<u>33.193</u>	<u>11.966</u>	<u>1.434</u>	<u>(3.403)</u>	<u>43.190</u>	<u>(1.591)</u>

## 9. ESTOQUES

	Controladora	Consolidado
	2017	2016
Óleos combustíveis	10.451	13.792
Almoxarifado	25.026	25.254
Outros	1.060	1.062
Total	<u>36.537</u>	<u>40.108</u>

## 10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	2017		2016	2016		
	Ativo	Custo	Passivo	Ativo	Passivo	Custo
Candeias Energia S.A. (a)	-	-	1.239	-	-	-
Companhia Energética Manauara (a)	15	-	-	15	-	-
Companhia Energética Potiguar (a)	-	-	-	-	4.992	-
Global Engenharia Ltda. (b)	4	25.107	-	3	-	32.290
Global Participações em Energia SA (a)	196	-	-	181	-	-
Total	<u>215</u>	<u>25.107</u>	<u>1.239</u>	<u>199</u>	<u>4.992</u>	<u>32.290</u>

(a) Referem-se à conta-corrente com as partes relacionadas, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, e são decorrentes de pagamentos de despesas reembolsáveis.

(b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

## 11. INVESTIMENTOS

Participação na sociedade controlada

	Quantidade de ações	2016				
		Participação	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos	Prejuízo
Candeias Energia S.A.	158.416.712	100,00%	166.305	253.330	(5.646)	52.525

  

	Quantidade de ações	2017				
		Participação	Capital social	Patrimônio líquido	Incorporação	Lucro
Candeias Energia S.A.	158.416.712	100,00%	166.305	245.086	(258.834)	13.749

Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2015	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2016
Candeias Energia S.A.	<u>206.451</u>	<u>-</u>	<u>52.525</u>	<u>(5.646)</u>	<u>253.330</u>

	Saldo em 31/12/2016	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de Capital	Dividendos	AFAC	Incorporação	Saldo em 31/12/2017
Candeias Energia S.A.	<u>253.330</u>	<u>13.749</u>	<u>8.693</u>	<u>(22.583)</u>	<u>5.646</u>	<u>(258.835)</u>	<u>-</u>

## 12. IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Controladora									Total
	Terrenos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Montagem e instalações	Imobilizado em curso	Adiantamento a fornecedores	
Taxas de depreciação		4%	10%	6%	10%	20%	5%			
<u>Custo corrigido</u>										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação	4.098	213.924	1.160	494.357	30	764	1.786	3.119	-	719.238
Adições	-	-	4	577	-	103	17	1.609	-	2.310
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(1.813)	-	(1.813)
Transferências	-	124	13	(16)	-	3	(12)	(112)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.098</u>	<u>214.048</u>	<u>1.177</u>	<u>494.918</u>	<u>30</u>	<u>870</u>	<u>1.791</u>	<u>2.803</u>	<u>-</u>	<u>719.733</u>
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação	-	(30.602)	(348)	(116.115)	(30)	(328)	(201)	-	-	(147.624)
Adições	-	(2.799)	(68)	(13.383)	-	(47)	(52)	-	-	(16.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>(33.401)</u>	<u>(415)</u>	<u>(129.498)</u>	<u>(30)</u>	<u>(374)</u>	<u>(253)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(163.971)</u>
Saldo líquido 31 de dezembro de 2017	<u>4.098</u>	<u>180.647</u>	<u>761</u>	<u>365.420</u>	<u>-</u>	<u>495</u>	<u>1.538</u>	<u>2.803</u>	<u>-</u>	<u>555.762</u>

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Montagem e instalações	Imobilizado em curso	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxas de depreciação		4%	10%	6%	10%	20%	5%			
<u>Custo corrigido</u>										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.098	211.705	836	487.907	116	644	3.153	6.980	2.110	717.549
Adições	-	-	312	665	-	95	-	5.863	143	7.078
Baixas	-	-	-	(5.409)	-	-	-	(10)	-	(5.419)
Transferências	-	1.695	18	10.375	-	-	9	(10.000)	(2.097)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>4.098</u>	<u>213.400</u>	<u>1.166</u>	<u>493.538</u>	<u>116</u>	<u>739</u>	<u>3.162</u>	<u>2.833</u>	<u>156</u>	<u>719.208</u>
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(23.822)	(194)	(84.555)	(31)	(220)	(76)	-	-	(108.898)
Adições	-	(4.781)	(106)	(22.881)	(9)	(76)	(88)	-	-	(27.941)
Baixas	-	-	-	3.126	-	-	-	-	-	3.126
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	<u>(28.603)</u>	<u>(300)</u>	<u>(104.310)</u>	<u>(40)</u>	<u>(296)</u>	<u>(164)</u>	-	-	<u>(133.713)</u>
Saldo líquido 31 de dezembro de 2016	<u>4.098</u>	<u>184.797</u>	<u>866</u>	<u>389.228</u>	<u>76</u>	<u>443</u>	<u>2.998</u>	<u>2.833</u>	<u>156</u>	<u>585.495</u>

A Companhia adotou as taxas médias anuais de depreciação fixadas pela ANEEL para os ativos de geração de energia elétrica, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474/12, por entender que estas refletem adequadamente a vida útil-econômica dos seus ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2017. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

A Companhia possui terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$550.162 em 31 de dezembro de 2017 (R\$578.197 em 31 de dezembro de 2016), líquidos de depreciação.

## 13. DIFERIDO

	<u>Controladora</u> <u>2017</u>
Despesas pré-operacionais	3.374
Amortização acumulada	<u>(1.764)</u>
Total	<u><u>1.610</u></u>

Gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,82% ao ano, período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

## 14. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		
	<u>Direito de</u> <u>passagem</u>	<u>Licenças</u> <u>e software</u>	<u>Total</u>
<u>Custo corrigido</u>			
Saldo em 31 de maio de 2017	-	-	-
Efeito da incorporação	1.170	1.496	3.266
Adições	-	455	455
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.770</u>	<u>1.951</u>	<u>3.721</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31 de maio de 2017	-	-	-
Efeito da incorporação	(812)	(1.273)	(2.085)
Adições	(73)	(29)	(102)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(885)</u>	<u>(1.302)</u>	<u>(2.187)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	<u><u>885</u></u>	<u><u>649</u></u>	<u><u>1.534</u></u>

	Consolidado		
	Direito de passagem	Licenças e software	Total
<u>Custo corrigido</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.771	1.481	3.252
Adições	-	17	17
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.771	1.498	3.269
Adições	-	318	318
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.771	1.816	3.587
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(631)	(1.239)	(1.870)
Adições	(127)	(25)	(152)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(758)	(1.264)	(2.022)
Adições	(53)	(16)	(69)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(811)	(1.280)	(2.091)
Efeito da Incorporação	(960)	(536)	(1.496)
Saldo líquido em 31 de maio de 2017	-	-	-
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	1.013	234	1.247

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 6,82% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos.

## 15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2016
Wärtsilä Filand OY	48	-	39
Petrobras Distribuidora S.A.	16.444	-	126
Abdelhafid Mokdad	176	-	-
Nunes Fernandes	208	-	-
Diesel Expert Quebec	239	-	-
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	258	-	171
Fator Seguradora S.A.	275	-	-
Amazonia Transportes	315	-	-
Kompressorenbau Bannewitz	396	-	-
Raizen Combustíveis S.A.	563	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	629	-	1.402
Outros	17.797	4	5.842
Total	37.345	4	7.580

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Composição da dívida	Ref.	Vencimento principal	Taxa efetiva	Controladora					Consolidado
				Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante	Total		Total 2016
							2017	2016	
InfraBrasil	(a)	Jun./21	IGPM+12,7%a.a.	-	-	-	-	86.403	86.403
Subtotal				-	-	-	-	86.403	86.403
Banco Itaú - debêntures	(b)	Mai./19	CDI+2,05%a.a.	35	23.311	9.816	33.162	-	56.603
(-) Custos de transação				-	(287)	(143)	(430)	-	(716)
Subtotal				35	23.024	9.673	32.732	-	55.887
Banco do Nordeste - BNB Financiamento	(c)	Jun./25	10%a.a.	1.707	29.579	177.529	208.815	-	232.204
(-) Custos de transação				-	(1.446)	(8.555)	(10.001)	-	(11.333)
Subtotal				1.707	28.133	168.974	198.814	-	220.871
SUDENE	(d)	Dez./31	TJLP+1%a.a.	1.566	3.152	57.343	62.061	-	62.013
Subtotal				1.566	3.152	57.343	62.061	-	62.013
Banco Itaú - financiamentos	(e)	Out./19	CDI+3,45%a.a.	601	16.025	16.020	32.646	-	50.363
(-) Custos de Transação				-	(517)	(422)	(939)	-	(1.011)
Subtotal				601	15.508	15.598	31.707	-	49.352
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures	(f)	Abr./20	CDI+3,50 %a.a.	226	20.090	26.841	47.157	-	-
(-) Custos de Transação				-	(364)	(467)	(831)	-	-
Subtotal				226	19.726	26.374	46.326	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. - antecip. a fornecedores	(g)	(g)	2,53%a.a.	-	-	-	-	-	24.210
Subtotal				-	-	-	-	-	24.210
<b>Total</b>				<b>4.135</b>	<b>89.543</b>	<b>277.962</b>	<b>371.640</b>	<b>86.403</b>	<b>498.736</b>
Circulante				4.135	89.543	-	93.678	22.594	118.675
Não circulante				-	-	277.962	277.962	63.809	380.061
<b>Total</b>				<b>4.135</b>	<b>89.543</b>	<b>277.962</b>	<b>371.640</b>	<b>86.403</b>	<b>498.736</b>

- (a) Em 22 de junho de 2009, foi realizada a 1a Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série da espécie, no valor de R\$70.000 e, em 23 de dezembro de 2009, foi realizada a 2a Emissão privada de debêntures no valor de R\$20.000, com as mesmas características da emissão anterior, sendo que ambas foram integralmente subscritas pelo INFRABRASIL - Fundo de Investimento em Participações.

Sobre o montante do principal das debêntures incidem juros de 12,70% a.a. somados a variação do IGPM. As amortizações são semestrais, iniciando-se em 22 de junho de 2011, e finalizando-se em 22 de junho de 2021, sendo que o valor das amortizações estabelecido é de 70% da geração de caixa do semestre anterior ao vencimento de cada parcela. Caso a Companhia não amortize 30% do valor de sua dívida em 7 anos, o valor das amortizações passará a ser de 100% da geração de caixa do semestre anterior ao vencimento de cada parcela. O valor foi totalmente quitado em 2017.

- (b) Refere-se a 10.500 debêntures, emitidas na 2ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$105.000, com vencimento em 23 de maio de 2019, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,05% ao ano.
- (c) Em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025.
- (d) Em 25 de abril de 2010, foi contratado empréstimo-ponte com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$76.953 e encargos financeiros correspondentes a 130% da variação do CDI ao ano, o qual foi renovado até 25 de outubro de 2012. Em 4 de junho de 2012, a Administração renegociou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e alterou o perfil da dívida, por meio de nova cédula de crédito perante a SUDENE, aumentando o prazo para pagamento em 19 anos e alterando a taxa de juros para Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 1% ao ano.
- (e) Em 20 de outubro de 2016, foi contratado um empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$48.713 e encargos correspondentes a 4,09% ao ano mais CDI com carência total de quatro meses, sendo o primeiro pagamento trimestral em 24 de fevereiro de 2017 e vencimento em 25 de outubro de 2019. O empréstimo foi renegociado em 27 de julho de 2017 em virtude da incorporação da Candeias Energia pela Companhia Energética Candeias no montante de R\$36.056 e encargos correspondentes a 3,45% ao ano mais CDI mantendo-se a forma de pagamento trimestral e com vencimento em 25 de outubro de 2019.
- (f) Refere-se a 5.028 debêntures, emitidas na 3ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. em 12 de abril de 2017 no valor de R\$50.280, com vencimento em 12 de abril de 2020, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 3,5% ao ano.
- (g) A Companhia possuía contratos diversos com o Banco Santander (Brasil) S.A. com a finalidade de antecipação de pagamentos à Petrobras Distribuidora S.A. Tais contratos possuíam vencimento médio de 45 dias, os quais eram tratados como financiamento.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Controladora		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	71.400	71.400
Juros provisionados, líquidos de bônus de adimplência	-	15.003	15.003
Transferências	22.594	(22.594)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.594	63.809	86.403
Captação de empréstimos	16.025	20.031	36.056
Juros provisionados, líquidos de bônus de adimplência	25.063	-	25.063
Juros pagos	(20.363)	-	(20.363)
Custo de captação	-	(368)	(368)
Amortização dos custos de captação	826	-	826
Transferências	134.027	(134.027)	-
Pagamentos	(166.347)	-	(166.347)
Efeito da incorporação	81.853	328.517	410.370
Saldo em 31 de dezembro de 2017	93.678	277.962	371.640

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	53.200	405.499	458.699
Captação de empréstimos	24.210	48.713	72.923
Juros provisionados	37.720	15.003	52.723
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(32.440)	-	(32.440)
Custo de captação	-	(778)	(778)
Amortização dos custos de captação	1.677	-	1.677
Transferências	88.376	(88.376)	-
Pagamentos	(54.068)	-	(54.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>118.675</u>	<u>380.061</u>	<u>498.736</u>

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2017
2018	-
2019	71.558
2020	36.662
2021	31.633
2022 em diante	<u>138.109</u>
Total	<u>277.962</u>

#### Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

Banco Itaú - Debêntures	1 – Aval Corporativo da Commandery 2 – Aval Corporativo da GPE
Banco Itaú - Financiamento	1 – Aval Corporativo da Commandery 2 – Aval Corporativo da GPE
Banco Itaú BBA S.A. - financiamentos	1 – Aval Corporativo da Commandery 2 – Aval Corporativo da GPE
Banco do Nordeste - BNB Financiamento	1 – Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; 2 – Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios de 86,1% dos Recebíveis da Candeias Energia. 3 – Penhor de 139.819.997 (99,87%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Candeias Participações. 4 – Penhor de 180.003 (0,13%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Global Participações. 5 – Penhor das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$245.113.458,74. 6 – Hipoteca em 1º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02. 7 – Interveniente Fiador Commandery Participações S.A. 8 – Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$31.940.692,81.

Sudene - longo prazo	<p>1 – Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios 13,9% dos Recebíveis da Candeias Energia.</p> <p>2 – Interveniente Fiador Global Participações em Energia.</p> <p>3 – Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$61.728.156,76.</p> <p>4 – Hipoteca em 2º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02.</p> <p>5 – Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$1.600.000,00.</p>
----------------------	--

A escritura de emissão das debêntures prevê o monitoramento anual de dois "covenants" financeiros:

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido
Cobertura do serviço da dívida	Maior ou igual a 3,5x
Cálculo do endividamento	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu todos os "covenant".

#### 17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ	132	464
INSS - serviços de terceiros	1.062	121
CSLL	789	2.055
PIS	357	133
COFINS	1.647	615
PIS/COFINS/CSLL retidos	93	104
Outros	527	103
Total	<u>4.607</u>	<u>3.595</u>

#### 18. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Compreendem aportes de capital realizados pela controladora Candeias Participações S.A. na Candeias Energia S.A. a título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$36.369 em 2016 e não foram classificados como instrumento de patrimônio em virtude de não haver, por parte dos acionistas, definição se os aportes seriam integralizados ou revertidos. Em 2017, houve um aumento do adiantamento para futuro aumento de capital em R\$3.014, totalizando um montante de R\$39.383, do qual foi integralizado através de um aumento de capital.

## 19. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há uma probabilidade de perda avaliada como possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R\$3.198.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia no montante de R\$140.000 e está representado por 39.830.000 ações ordinárias, sem valor nominal, e 21.489.718 ações preferenciais, sem valor nominal e está distribuído da seguinte forma:

Acionista	2016	
	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	54.166.260	88,3342%
Jones Aranha de Sá	1.386.129	2,2605%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	3.983.000	6,4955%
Djalma Nunes Fernandes Junior	1.784.329	2,9099%
Total	<u>61.319.718</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$179.383 e estava representado por 72.916.711 ações totais, e está representado por 51.426.993 ações ordinárias, sem valor nominal, e 21.489.718 ações preferenciais e está distribuído da seguinte forma:

Acionista	2017	
	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	64.487.584	88,4401%
Jones Aranha de Sá	1.386.129	1,9010%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	7,0528%
Djalma Nunes Fernandes Junior	<u>1.900.299</u>	<u>2,6061%</u>
Total	<u>72.916.711</u>	<u>100,00%</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 28 de abril de 2017, em Assembleia Geral, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$39.383 por meio da emissão de 11.596.993 ações preferenciais, parte do recurso integralizado foi utilizado o saldo de AFAC de R\$39.383.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social.

Reserva de incentivo fiscal

A Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	114.278	37.375
Reserva de incentivos fiscais	(10.426)	-
Reserva legal	(5.714)	(1.869)
Base para dividendos	<u>98.138</u>	<u>35.506</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>24.535</u>	<u>8.877</u>

Em 10 de julho de 2017 foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração a destinação de R\$20.434, conforme discriminado abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>	<u>Ações PN</u>	<u>R\$</u>	<u>Total</u>	<u>R\$</u>
GPE	45.769.924	12.460	18.717.660	5.605	64.487.584	18.064
FERNANDO	5.142.699	1.400	-	-	5.142.699	1.400
DJALMA	514.270	140	1.386.029	415	1.900.299	555
JONES	100	-	1.386.029	415	1.386.129	415
Total	<u>51.426.993</u>	<u>14.000</u>	<u>21.489.718</u>	<u>6.435</u>	<u>72.916.711</u>	<u>20.434</u>

Em 24 de outubro de 2017 foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração a destinação de R\$10.000, conforme discriminado abaixo:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ON</u>	<u>AFAC ON</u>
GPE	45.769.924	6.097
FERNANDO	5.142.699	685
DJALMA	514.270	69
Total	<u>51.426.893</u>	<u>6.851</u>

<u>Acionistas</u>	<u>Ações PN</u>	<u>AFAC PN</u>
GPE	18.717.660	2.743
DJALMA	1.386.029	203
JONES	1.386.029	203
Total	<u>21.489.718</u>	<u>3.149</u>

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2017 está apresentado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos propostos	30.434
Dividendos pagos	<u>(24.928)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>5.506</u>

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017		2017	2016
Receita de venda de energia	445.536		191.999	429.460
Deduções de venda:				
PIS	(7.352)		(3.168)	(7.098)
COFINS	(33.865)		(14.594)	(32.694)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(4.002)		(1.725)	(3.837)
Total	<u>400.317</u>		<u>172.512</u>	<u>385.831</u>

## 22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos com óleos combustíveis	(190.765)	-	(76.916)	(136.603)
Custos e despesas com pessoal e administradores	(3.542)	-	(2.210)	(5.443)
Honorários dos administradores	(1.393)	-	(695)	(1.375)
Materiais	(14.200)	-	(10.916)	(11.946)
Depreciação e amortização	(16.585)	-	(11.825)	(28.093)
Taxa de fiscalização – ANEEL	(445)	-	(316)	(761)
Taxa de utilização do sistema de transmissão	(924)	-	(660)	(1.480)
Custos com manutenção e operação	(29.520)	-	(17.589)	(35.148)
Encargos de uso da rede	(9.044)	-	(6.328)	(14.206)
Compra de energia elétrica	(39.598)	-	(2.465)	(48.569)
Arrendamentos e aluguéis	(527)	-	(388)	(777)
Custos e despesas com seguros	(1.249)	-	(885)	(2.585)
Despesas com viagens e comunicações	(205)	-	(184)	(216)
Serviços de terceiros	(3.184)	(117)	(1.464)	(5.539)
Assessoria e consultoria	(2.983)	-	(3.143)	(2.678)
Tributos	(160)	(4)	(450)	(459)
Outros	(991)	(2)	(3.034)	384
Total	<u>(315.315)</u>	<u>(123)</u>	<u>(139.468)</u>	<u>(295.264)</u>
Classificados como:				
Custos de manutenção e operação	(302.900)	-	(128.270)	(278.769)
Despesas gerais e administrativas	(11.067)	(123)	(10.575)	(15.843)
Honorários dos administradores	(1.393)	-	(695)	(1.375)
Outras receitas operacionais, líquidas	45	-	72	723
Total	<u>(315.315)</u>	<u>(123)</u>	<u>(139.468)</u>	<u>(295.264)</u>

Em 2017 e 2016, o despacho de geração da ANEEL deu-se de forma intermitente, o que ocasionou um custo de óleo combustível menor, além da redução dos custos com materiais e de manutenção e operação.

Nesse mesmo ano, a Companhia concluiu muitos projetos que estavam classificados imobilização em curso, aumentando consideravelmente a depreciação anual.

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações	2.015	-	1.733	4.676
Descontos obtidos	576	-	170	591
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(127)	-	(101)	(251)
Outras receitas	151	4	239	142
Total	<u>2.615</u>	<u>4</u>	<u>2.041</u>	<u>5.158</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	(25.063)	(15.003)	(19.860)	(52.723)
Amortização dos custos de captação	(826)	-	(867)	(1.677)
Juros e multas sobre impostos	(39)	-	(2)	(2)
Juros de mora	(87)	-	(58)	(234)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(242)	-	(1)	(8)
Comissões e despesas bancárias	(154)	(27)	(63)	(1.815)
Outras despesas	(1.461)	(1)	(1.041)	(1.090)
Total de despesas financeiras	<u>(27.872)</u>	<u>(15.031)</u>	<u>21.892</u>	<u>(57.549)</u>
Variações cambiais, líquidas	(65)	-	(114)	10.325
Total	<u>(25.322)</u>	<u>(15.027)</u>	<u>(19.965)</u>	<u>(42.066)</u>

## 24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	13.079	13.079	48.501	48.501
Diferenças temporárias e permanentes:				
Adições	6.062	6.023	4.024	4.024
Amortização do diferido	(251)	(251)	-	-
Exclusões	(670)	(670)	(3.908)	(4.048)
Despesas indedutíveis	(39)	-	772	772
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	-	-	(18.780)	(19.061)
Base de cálculo	<u>18.196</u>	<u>18.181</u>	<u>30.609</u>	<u>30.187</u>
Alíquota combinada de IRPJ e da CSLL	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(4.549)	(1.636)	(11.233)	(4.006)
Incentivos fiscais	3.440	-	10.515	-
Impostos diferidos	75	27	(4.577)	(1.673)
Total de IRPJ e da CSLL	<u>(1.034)</u>	<u>(1.609)</u>	<u>(5.295)</u>	<u>(5.679)</u>

	Controladora	
	2017	
	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	73.429	73.429
Diferenças temporárias e permanentes:		
Adições	4.248	4.248
Amortização do diferido	(351)	(351)
Exclusões	(17.075)	(17.075)
Despesas indedutíveis	5	5
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	(18.495)	(18.307)
Efeito da apuração trimestral definitiva	2.310	2.122
Base de cálculo	44.071	44.071
Alíquota combinada de IRPJ e da CSLL	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(11.018)	(3.966)
Incentivos fiscais	10.426	-
Impostos diferidos	33.388	12.019
Total de IRPJ e da CSLL	<u>32.796</u>	<u>8.053</u>

## 25. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Vigência
Riscos nomeados e operacionais	Principais equipamentos de usina e subestação e contra incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos e tumultos	554.326	12/05/2018

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as políticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social – o capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco – a Administração tem a responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

### *Risco de crédito*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. A Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

### Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade em a Companhia cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada, e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

### Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de câmbio – decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros – decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Quanto à escassez de combustível – a Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OCB1) firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2024. Conforme estabelecido em contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. assegura o fornecimento de

combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se à penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Ativos financeiros	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Caixa e equivalentes de caixa	498	-	-	-	-	498
Contas a receber de clientes	54.132	14.641	-	-	-	68.773
Aplicações financeiras	14.678	-	-	-	27.847	42.525
Partes relacionadas	215	-	-	-	-	215
Outras contas a receber	4.581	-	-	-	-	4.581
<b>Total</b>	<b>74.104</b>	<b>14.641</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.847</b>	<b>116.592</b>

Passivos financeiros	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Fornecedores	37.345	-	-	-	-	37.345
Empréstimos e financiamentos	93.678	71.558	36.662	31.663	138.109	371.640
Obrigações tributárias	4.607	-	-	-	-	4.607
Obrigações trabalhistas e sociais	1.430	-	-	-	-	1.430
Outras contas a pagar	8.254	-	-	-	11.063	19.317
<b>Total</b>	<b>145.314</b>	<b>71.558</b>	<b>36.662</b>	<b>31.663</b>	<b>149.172</b>	<b>434.339</b>

#### Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, de empréstimos, financiamentos e debêntures e a receita de venda em 31 de dezembro de 2017, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2017. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário			Saldo			
		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%	Contábil	Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%
<b>Passivo - Empréstimos e financiamentos</b>								
Banco Itaú - debêntures	Alta do CDI	6,62%	8,28%	9,93%	(33.162)	(35.357)	(35.906)	(36.455)
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures	Alta do CDI	6,62%	8,28%	9,93%	(47.157)	(50.279)	(51.059)	(51.840)
Banco Itaú BBA S.A. financiamento	Alta do CDI	6,62%	8,28%	9,93%	(32.646)	(34.807)	(35.347)	(35.888)
SUDENE	Alta da TJLP	6,75%	8,44%	10,13%	(62.061)	(66.250)	(67.297)	(68.345)
Total empréstimos, financiamentos e debêntures					(175.026)	(186.693)	(189.609)	(192.527)
<b>Ativo - Aplicações financeiras</b>								
Santander FIC FI	Baixa do CDI	6,62%	4,97%	3,31%	1.597	1.703	1.676	1.650
Conta reserva BNB	Baixa do CDI	6,62%	4,97%	3,31%	36.759	39.194	38.585	37.976
Título de capitalização	Baixa do CDI	6,62%	4,97%	3,31%	400	426	420	413
Aplicação financeira	Baixa do CDI	6,62%	4,97%	3,31%	3.769	4.019	3.956	3.894
Total aplicações financeiras					42.525	45.342	44.637	43.933
<b>Receita</b>								
Receita de venda	Baixa do IPCA	3,80%	2,85%	1,90%	445.536	462.466	458.234	454.001
Total líquido						321.115	313.262	305.407
Efeito no patrimônio líquido						8.080	227	(7.628)

#### Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos; dessa forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a esses instrumentos.

## 27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$88.219, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$16.035, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$39.562, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$5.396, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$22.937, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$4.289, com vigência indeterminada.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de fevereiro de 2018, o contrato de seguro da Companhia foi renovado com cobertura para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

---